

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

Os socialistas portuenses e a Grande Guerra

Porto Socialists and the Great War

Les socialistes de Porto et la Grande Guerre

Los socialistas del Porto y la Gran Guerra

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia
Universidade do Porto
fausto.correia92@gmail.com

Resumo: Cem anos separam-nos do fim de um dos mais terríficos conflitos que a História conheceu. De Naulila à Flandres, a participação portuguesa, envolvida num conjunto intrincado de peripécias até à declaração de guerra alemã, revelou-se uma experiência desastrosa. Com a Grande Guerra, o socialismo internacional fracionou-se em torno da defesa ou condenação do conflito. Em Portugal, de entre as diversas forças políticas da época, o Partido Socialista Português, apesar de pequeno e contar nas suas fileiras com inúmeras divergências em termos ideológicos, e perante a ameaça de um conflito generalizado, cedo condenou uma possível intervenção portuguesa na guerra. A ação dos socialistas portuenses seria decisiva no alinhavar de posições de um partido fracionado e atemorizado pela atmosfera de uma Europa em sobressalto.

Palavras-chave: Socialismo, Grande Guerra, Partido Socialista Português, Porto.

Abstract: One hundred years have passed since one of the most terrific conflicts that history has ever known. From Naulila to Flandres the Portuguese participation was involved in an intricate set of shenanigans till the German declaration of war, which proved to be a disastrous experience. With the Great War, international socialism was fractured around the defense or condemnation of the conflict. Among the political forces of that time, the Portuguese Socialist Party, in spite of being a small party that was facing numerous differences in ideological terms, early condemned a possible Portuguese intervention in the war. The measures taken by Porto Socialists would be decisive in order to tack the positions and directions of a split party, terrified by the atmosphere of a Europe in shock.

Key-words: Socialism, Great War, Portuguese Socialist Party, Porto.

Résumé: Cent ans nous séparent de la fin de l'un des plus terrifiants conflits que l'Histoire a connu. De Naulila à la Flandre, la participation portugaise, impliquée dans une situation complexe jusqu'à la déclaration de la guerre, s'est avérée désastreuse. Avec la grande guerre, le socialisme international est divisé. D'un côté, ceux qui étaient favorable au conflit et ceux qui le condamnaient. Au Portugal, parmi les différentes forces politiques de l'époque, le Parti Socialiste Portugais – malgré son influence limitée et ses divergences idéologiques, et face à une menace de conflit généralisé –, a condamné très tôt une possible intervention portugaise dans la Grande Guerre. Le rôle des socialistes de Porto serait décisif pour la prise de position de ce parti, fractionné et terrorisé par le climat d'une Europe troublée.

Mots-clés: Socialisme, Grand Guerre, Parti Socialiste Portugais, Porto.

Resumen: Cien años nos separan del final de uno de los más terribles conflictos que la Historia ha conocido. Desde Naulila hasta Flandes, la participación portuguesa, implicada en un conjunto complejo de peripecias hasta la declaración de guerra alemana, resultó ser una experiencia desastrosa. Con la gran guerra, el socialismo internacional se fracturó en torno a la defensa o condena del conflicto. En Portugal, entre las diversas fuerzas políticas de la época, el Partido Socialista de Portugal, aunque pequeño y con muchas diferencias en términos ideológicos en sus filas, y delante de la amenaza de un conflicto generalizado,

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

pronto condenó la posibilidad de intervención portuguesa en la guerra. La acción de los socialistas portuenses sería decisiva en el alineamiento de posiciones de un partido fraccionado y atemorizado por la atmósfera de una Europa en sobresalto.

Palabras clave: Socialismo, Gran Guerra, Partido Socialista de Portugal, Porto.

Introdução

Apesar da evolução que a historiografia portuguesa conheceu com a Revolução de abril de 1974, o estudo do socialismo português, mais propriamente do Partido Socialista Português, está ainda numa fase incipiente. Após décadas de desprezo por parte do Estado Novo relativamente à Primeira República, estigmatizada pela máquina do regime, vários historiadores tomaram as rédeas do estudo do movimento operário e socialista em Portugal. Com exceção de César Nogueira (Nogueira, 1964;1966), destacado militante do Partido Socialista Português, apenas Maria Filomena Mónica (Mónica, 1985;1986) estudou o movimento socialista português e a forma como o partido se inseriu no mesmo, destacando que “as peripécias que envolveram o nascimento dos vários partidos socialistas, o Partido Socialista (1875), o Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878) e o Partido Socialista Português (1895) são praticamente desconhecidas” (Mónica, 1985: 15). Esta afirmação de Filomena Mónica não poderia ser mais atual, até porque as grandes figuras de proa da produção histórica continuam a ser as mesmas, provenientes das gerações emergentes dos anos 70 e 80. São, pois, os casos de Maria Filomena Mónica, César Oliveira (Oliveira, 1973; 1990) e José Pacheco Pereira (Pereira, 1971; 1971a), que se dedicaram à reconstituição da sociologia do movimento socialista e suas influências (Filomena Mónica), à evolução do pensamento do operariado socialista (César Oliveira) e à reflexão sobre a condição operária (José Pacheco Pereira). Posteriormente, este pequeno grupo recebeu sangue novo, juntando-se António Ventura (Ventura, 2000; 2010), Maria Alice Samara (Samara, 2002) ou Joana Dias Pereira (Pereira, 2011), cabendo a esta última o estudo da ideologia que mais influenciou o operariado organizado no período da Primeira República: o sindicalismo-revolucionário. A produção teórica não se esgota, naturalmente, nos autores elencados, justificando-se esta escolha com a maior proximidade para com o objeto de estudo¹.

O estudo do socialismo, enquanto movimento que preconizava o

¹ Importa destacar aqui a obra de Fernando Pereira Marques, *O Socialismo e o PS em Portugal*, lançada em 2018, e que dedica uma parte à história das ideias socialistas em Portugal e respetivos partidos. Merecem também destaque: Fonseca (1979-1980), Castro (1999) e Correia (2016).

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

internacionalismo operário, depende de uma análise aturada do contexto internacional onde se insere. Daí que se destaquem os trabalhos de Georges Haupt (Haupt, 1964; 1965; 1969; 1972), que estudou a proeminência da II Internacional no plano geopolítico mundial e da própria ideologia socialista noutras correntes de pensamento, tendo-se socorrido do arquivo do Bureau Socialista Internacional. Outros autores, como Jacques Droz (Droz, 1974; 2014) e Donald Sassoon (Sassoon, 2001), aprofundaram as relações da Internacional com os partidos da sua esfera de influência, enquanto Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1990; 1998) procurou dar maior ênfase à questão sociológica do movimento operário, ao desenvolvimento da consciência de classe e à forma como as ideologias a agitaram, seguindo uma linha historiográfica marxista.

Este trabalho pretende retomar as linhas gerais da temática que explorámos em estudo anterior, centrado na análise do Partido Socialista Português no Porto durante a Grande Guerra (Correia: 2016). Neste artigo, procuraremos rastrear as diferentes representações socialistas do conflito, partindo da perspectiva internacional (da Internacional Socialista) para contextualizar o caso português e, em particular, o caso dos socialistas portuenses. Recorrendo, principalmente, a fontes ligadas ao Partido Socialista Português e à bibliografia disponível, serão retratadas as questões ligadas às clivagens geradas pela guerra no socialismo português

1. Os socialistas e a guerra: divisões de perspectivas no seio da Internacional Socialista

Agosto de 1914 não representa apenas a data do despoletar do grande conflito europeu. O pensamento socialista internacional, nas suas diversas matrizes, sofre um golpe fatal nas suas aspirações, após anos de grande atividade antimilitarista propagandeada por todo o mundo. Terá a Internacional Socialista acreditado que a sucessão de conflitos dos inícios do século XX, mais propriamente, as guerras balcânicas, seria insuficiente para um alerta de guerra generalizada?

Nas vésperas da Grande Guerra, a Internacional Socialista seria o estandarte do antimilitarismo. Os próprios membros acreditavam nisso mesmo, capazes de “mobilizar um exército de cinco milhões de operários organizados na luta pela paz” (Haupt, 1972: 1). A realidade da guerra viria, porém, demonstrar a falência desta retórica.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

Atentemos, de forma sucinta, na ideologia que animava a grande maioria da II Internacional, o ‘marxismo vulgar’, que condensou a doutrina marxista em simples proposições. Tal como refere Donald Sassoon, “a versão popular da nova doutrina foi divulgada através dos trabalhos de Kautsky e Bebel, mais largamente difundidos e lidos do que as obras do próprio Marx” (Sassoon, 2001: 32). O principal efeito deste novo *corpus* doutrinário foi atenuar (poder-se-á dizer omitir, na prática) a índole revolucionária que categorizava o marxismo, muito por influência dos socialistas alemães. Por se tratar do partido que melhor se apresentava em termos de organização, o Partido Social Democrata Alemão rapidamente se evidenciou como o condutor dos destinos da II Internacional (Sassoon, 2001: 31-36). Esta proeminência não evitou um conjunto acérrimo de críticas provenientes das suas próprias fileiras e de alguns socialistas radicais de outros países, entre os quais, Lenine.

Desde o ressurgimento da Internacional Socialista², em 1889, que as questões do militarismo e da guerra estavam na ordem dos debates dos congressos. No congresso inaugural da Internacional em Paris (congresso marxista «de la salle Pétrelle»)³, “entre as questões da ordem do dia, [estavam] a abolição dos exércitos permanentes” (Droz, 1974: 785). Os interesses do capital, afirmava-se, desaguardariam para a guerra, enquanto os dos trabalhadores teriam que necessariamente passar pela paz (Haupt: 1972: 12). As questões táticas, como veremos, seriam as que mais celeuma causariam no seio da Internacional e as que viriam a precipitar a sua falência no verão de 1914.

O Congresso de Zurique, de 1893, marca um passo decisivo na prossecução dos intentos daqueles que apenas admitiam a ação política como o verdadeiro propulsor de toda a ação socialista. Excluídos os anarquistas, *o marxismo vulgar* e, mais concretamente, a social-democracia alemã, triunfavam. Esta vitória do Partido Social Democrata Alemão representava um paradoxo: os velhos ideais marxistas da revolução

² A nova Internacional Socialista ressurgia com uma orientação diferente, assumindo o respeito pela autonomia de cada partido segundo as próprias circunstâncias nacionais. Este modelo descentralizado permitiria, aparentemente, uma melhor adaptação dos socialistas à sua realidade, afastando-se de certas conceções utópicas da sociedade. Porém, a tomada de posições comuns tornou-se ambígua e, frequentemente, retórica. A ação confrangedora dos socialistas perante a Grande Guerra não seria mais que o produto das divergências no seio do movimento socialista internacional.

³ Apesar de, em 1889, se terem reunido dois congressos socialistas em Paris, um possibilista e outro marxista, “foi o congresso da sala Pétrelle, organizado em comum pelos guesdistas e pelos blanquistas, tendo à sua cabeça Édouard Vaillant e a Federação das Câmaras Sindicais de Paris, que a II Internacional considerou mais tarde como o seu primeiro congresso” (Droz, 1974: 784).

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

socialista seriam olvidados em prol de uma demarcada vocação parlamentarista, com a emergência de partidos de classe, disciplinados e organizados (Hobsbawm, 1990: 174). Tal não impediu que a retórica revolucionária continuasse a ser proclamada mas, na prática, a revolução apresentava-se mais como um fator intimidatório para com a burguesia do que uma questão estratégica (Haupt, 1972: 22).

Os inícios do século XX despontam num cenário cada vez mais preocupante para o socialismo internacional. Os vários conflitos emergentes viriam a traçar o seu futuro enquanto mobilizador de massas. Desde logo três importantes e decisivas questões: o problema colonial, das nacionalidades e da guerra.

A questão colonial, introduzida no Congresso de Paris de 1900 mas debatida com mais intensidade no Congresso de Estugarda de 1907, gerou divergências nos socialistas. As teses em confronto dividiam-se na atitude a adotar face aos impérios colonizadores. Enquanto o alemão E. David se pronunciava a favor da ideia de colonização como objetivo integral do socialismo, uma outra posição, mais moderada, de Van Kol, pronunciava-se pela criação de estruturas coloniais sólidas que, de futuro, dariam azo a movimentos de independência. Por fim, as posições de L. de Brouckère e Kautsky repudiavam o colonialismo por se tratar da “forma degradada do capitalismo no período imperialista”. O congresso acabaria por aprovar uma moção que responsabilizava a Internacional pelo combate a todo o tipo de exploração colonial, moção essa que, para Jacques Droz, não representava mais do que uma compreensão parcial do problema (Droz, 2014: 159).

O problema das nacionalidades foi outro dos pontos quentes dos debates da Internacional, dado que para os socialistas “o imperialismo designa a clássica opressão nacional praticada no quadro dos velhos impérios dinásticos” (Droz, 1974: 802). Do ponto de vista da doutrina marxista, as questões nacionais situavam-se num plano secundário, dado que as próprias nações “não poderiam constituir o *conteúdo* da ação revolucionária, elas não eram senão *formas* no interior das quais funcionava o único motor da história que é a luta de classes” (Droz, 1974: 804). Não obstante, a realidade assumia contornos diferentes, dado que a própria Internacional seria «envenenada» pelo problema das nacionalidades (Droz, 1974: 805). Para Droz, as lutas independentistas desenharam o princípio do fim da II Internacional, muito por influência de uma certa

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

negligência dos líderes socialistas que teriam camuflado a questão sob o signo do internacionalismo. Daí que o autor tenha afirmado: “na primeira ocasião furariam a camada superficial de um internacionalismo declarativo” (Droz, 1974: 809).

Convocado para agosto de 1907, o Congresso de Estugarda revelaria as fragilidades em que assentavam a tática e a realidade socialistas. Estugarda terá sido mesmo o culminar da vida da Internacional Socialista, onde o foco foi o problema do militarismo e da guerra. Mais do que rivalidades entre escolas, o cerne do problema estava na ação (Haupt, 1972: 20). O jogo de forças da Internacional seria baralhado pelas divergências entre os delegados franceses e alemães. Espelho disto seria a proposta conjunta de Vaillant e Jaurés para a prossecução da «guerra à guerra», a greve geral, que mereceu violentas críticas por parte dos delegados alemães, certamente receosos de uma nova vaga repressiva dos tempos da legislação anti-socialista bismarckiana. Aos delegados franceses juntaram-se Rosa Luxemburgo, das fileiras da social-democracia alemã, bem como os russos Lenine e Martov, cujas posições se situavam mais à esquerda no seio da Internacional. Este grupo assumia (e viria a assumir, irredutivelmente, com o deflagrar da Grande Guerra) uma posição antiguerra, em prol do velho ideal de Marx que situava as guerras capitalistas no plano da oportunidade da revolução socialista (Haupt, 1972: 21). A hipótese revolucionária, contudo, não estava ausente do ideal da maioria da Internacional. A resolução adotada pelo Congresso assim a sentenciava: “Contudo, no caso de a guerra rebentar, eles [os socialistas] têm o dever de se intrometer para a fazer cessar prontamente e de utilizar com todas as suas forças a crise económica e política criada pela guerra a fim de agitar as camadas populares mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista” (Droz, 1974: 813).

O verão de 1914 prometia ser decisivo para o socialismo internacional, naquilo que eram as suas intenções de definição de uma *tática* coerente com a realidade. Permanentemente agitada pelos graves acontecimentos na Europa, os congressos da Internacional Socialista de Copenhaga (1910) e de Basileia (extraordinário, convocado pelo Bureau Socialista Internacional em 1912, face ao recrudescimento da guerra nos Balcãs), apesar de se cingirem à retórica do internacionalismo pacifista, permitiram que os meios para combater a guerra fossem discutidos na forma de transposição para a prática. A proposta de Vaillant e Keir Hardie, em Copenhaga, para que os operários das

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

indústrias armamentistas recorressem à greve, caso a guerra despoletasse, foi enviada para o Bureau Socialista Internacional, “que foi encarregado de apresentar um relatório ao próximo congresso, o qual foi convocado para se reunir em Viena... em Agosto de 1914” (Droz, 1974: 815). Segundo Haupt, “em Viena, assim era esperado, a Internacional Socialista iria finalmente pronunciar-se inequivocamente ou para ou contra a simultânea e internacional greve organizada dos trabalhadores” (Haupt, 1972: 2).

Causalidade das casualidades, a guerra despoletou e a situação revelou-se caótica para o socialismo. Com a votação de créditos militares e a entrada em governos nacionais, a atitude tomada pela maioria da Internacional Socialista era tudo menos em prol do velho dogma marxista: a revolução social do operariado.

2. Divergências no Partido Socialista Português: da eclosão do conflito à União Sagrada

Falar da República portuguesa em agosto de 1914 é, na realidade, narrar a guerra. Irreversível fatalidade, “a guerra foi a morte da Primeira República” (Rosas, 2009: 248). Todo o país seria inevitavelmente arrastado para o debate em torno do que sucedia nos teatros de guerra europeus, produzindo-se duas visões distintas: os intervencionistas, que clamavam pela entrada de Portugal no conflito, e os anti intervencionistas, que a repudiavam. No que respeita ao Partido Socialista Português, pretende-se tão somente responder às seguintes questões: qual o posicionamento do partido face à guerra? Qual o nível de preponderância dos socialistas portuenses neste período no seio partidário?

À semelhança do que sucedia nos diversos partidos da Internacional Socialista, o conflito europeu produziu grandes querelas no Partido Socialista Português. Se, em todo o caso, a maioria da Internacional Socialista optou por ações pró-nacionais, na esfera de atuação dos respetivos governos, também coexistiram grupos de resistência e de intransigência face ao intervencionismo na guerra. Rosa Luxemburgo e Lenine seriam os rostos mais visíveis da «guerra à guerra», tantas vezes proclamada no seio da Internacional Socialista. Em Portugal, o mesmo sucederia, consubstanciando-se em correntes de opinião muito distintas no seio da família socialista.

A primeira tomada de posição de um órgão oficial do Partido Socialista Português pertenceu ao jornal da Confederação do Norte do Partido Socialista Português, *A Voz do*

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

*Povo*⁴, a 9 de agosto de 1914, sob o título “Tremendas Responsabilidades”. João Dias da Silva, editor do periódico e vereador pela minoria socialista na Câmara Municipal do Porto, criticava a postura do Império Alemão. Mais importante que o litígio entre a Alemanha e a França, para este socialista o problema que resultou na declaração de guerra da Áustria à Sérvia merecia maior destaque. Se a Áustria tinha razões para exigir certos compromissos à Sérvia, perdia agora a sua autoridade moral ao subordinar-se às imposições secretas da Alemanha. Por isso, os alemães deveriam ser responsabilizados pelo ultimato da Áustria à Sérvia. Quanto à França, Dias da Silva classificava-a como a “simpática nação que mais tem contribuído para o reinado da paz”, tendo sido ofendida na sua integridade pelo Kaiser. Para não arrastar a Europa para a guerra terá a França, na opinião deste socialista, sacrificado o seu direito à Alsácia Lorena. “Daí a oportuna intervenção da Inglaterra que arbitrará em favor da justiça o trágico pleito internacional”. As responsabilidades da guerra recaíam todas na Alemanha dos governantes, do imperador e da burguesia. Outra Alemanha alentava os socialistas portuenses: a dos socialistas e operários alemães, cuja atitude lhes era ainda desconhecida devido à censura imposta no Império Alemão (Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), *A Voz do Povo*, n.º 372, 9 de agosto de 1914, p. 1). Dando como adquirida a posição de Dias da Silva como a da Confederação do Norte, ressalva-se uma proximidade dos socialistas portuenses para com os Aliados, em especial a França. O distanciamento face à Alemanha não significava a exclusão desses socialistas, que se esperava terem sido os primeiros a repudiar a ofensiva guerreira do Kaiser.

Na semana em que se dá início às hostilidades, o Partido Socialista Português, por intermédio das suas Confederações (Norte e Sul), organizou manifestações públicas de repúdio contra a guerra. No Porto, a manifestação do Largo da Trindade, proibida pelo Governo Civil, não se chegaria a realizar, apesar de ter comparecido “um grande número de manifestantes” dispersos pela polícia. Em Lisboa, à semelhança da do Porto, a manifestação contra a guerra foi também dispersa pela polícia (*A Voz do Povo*, n.º 372, 9 de agosto de 1914, p. 2).

⁴ Fundado em 1907 por Manuel José da Silva, mais tarde eleito deputado pelo partido às Constituintes de 1911, foi um importante meio de difusão dos ideais socialistas desde a sua fundação até ao ano de 1919, altura em que se fundiu com o jornal *A Comuna* e do qual resultou um novo periódico socialista, *A República Social*.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

O Conselho Central do Partido Socialista Português dava início, a 15 de agosto de 1914, à publicação do seu órgão oficial, *O Combate*. Tendo como redatores principais figuras importantes do partido, tais como António Pereira, presidente, e César Nogueira, secretário externo e delegado do partido ao Bureau Socialista Internacional, *O Combate* apresentou-se como “o traço de união entre o Conselho Central e as agremiações do partido”, pelo que “não eram permitidas nem alimentadas questões de caráter pessoal e as questões de caráter coletivo só serão abordadas em harmonia com os interesses e a disciplina do partido”. No que respeita à guerra, neste número inaugural, *O Combate* limitou-se a expressar um dilema: “com respeito a Portugal, não sabemos se está neutral ou se deixa de o estar”. Aproveitando a notícia da realização de um Congresso Socialista na Região Norte, o órgão do Conselho Central referia-se aos socialistas portuenses nestes termos: “No Porto, o Partido Socialista é o segundo partido que conta com maior influência eleitoral. [...] Além disso, o povo operário no Norte estando mais afastado do foco revolucionário, como é Lisboa, mais facilmente se desapega dos ídolos da República, abraçando os ideais do Socialismo”. Aludiram, ainda, “à superior vantagem dos elementos socialistas [do Norte] serem perfeitamente solidários na ação partidária, manobrem sempre em uniformidade e nunca faltarem aos compromissos da luta” (Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), *O Combate*, n.º 1, 15 de agosto de 1914, p. 2).

O tom elogioso que o órgão oficial do Conselho Central do partido adotou na caracterização dos seus camaradas do Norte poderá, indiretamente, apontar para o seguinte: uma declaração, em forma de crítica, para com os elementos do Sul, aparentemente mais permeáveis às influências republicanas. Aqui, poderá residir um dos fundamentos para as divergências de perspetivas face à guerra que se encontram entre o Conselho Central/Confederação do Sul e a Confederação do Norte, estando subjacente a ideia de uma independência sem contestação, ainda que harmoniosa com os ideais partidários dos socialistas portuenses.

A 16 de agosto teve início o 2.º Congresso Regional de Braga, no qual a Confederação do Norte se pronunciaria sobre “A atitude do Partido Socialista perante a chamada defesa nacional”, num documento elaborado pela Federação Municipal Socialista do Porto. Poucos dias antes, o deputado socialista Manuel José da Silva, diretor

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

de *A Voz do Povo*, deu a conhecer no Parlamento a posição dos socialistas face às medidas extraordinárias propostas pelo executivo de Bernardino Machado para atenuar os efeitos provocados pela guerra. Afirmou que incumbia ao operariado internacional a resolução dos conflitos pela arbitragem, pelo que os socialistas portugueses repudiavam quaisquer conflitos “a ferro e fogo”. “É socialista, e dos socialistas costuma dizer-se que não têm pátria”. Para o deputado socialista, esta era uma questão que deveria ser remetida para a teoria, dado que, sendo socialista criado no país, não exultava vê-lo caminhar para o abismo. Portanto, e nestas circunstâncias excepcionais, o Partido Socialista Português via de bom grado uma cooperação com os restantes partidos pela defesa do país, pelo que deu o seu voto às propostas do Governo (*A Voz do Povo*, n.º 373, 16 de agosto de 1914, p. 2).

O estado conformista dos socialistas era evidente, algo que só a retórica internacionalista e pacifista poderia, de alguma forma, atenuar. Em artigo de primeira página de *A Voz do Povo*, de 30 de agosto de 1914, Manuel José da Silva revelava o seu pensamento face à guerra, à sociedade capitalista e à possibilidade da revolução socialista. Assim, “como meio transitório, os socialistas não podem repudiar determinados deveres que a sociedade burguesa lhes prescreve”. Para justificar este ponto de vista, utilizou as seguintes metáforas: “o indivíduo que é ateu constrói igrejas, santos, santas, etc. O serralheiro, que odeia o ato de matar, fabrica revólveres, espingardas, etc. O operário socialista, que odeia o capitalismo, trabalha e recebe salário”. Assim, “como o mundo social é um só e não podemos viver senão dentro dele, é-nos conveniente não praticar o que possa corresponder ao suicídio sem nenhuma compensação”. Perante tudo isto, caberia aos jovens socialistas o dever de não fugir à vida militar, devendo exercê-la e subordinar-se aos convencionalismos em voga. Só numa única exceção os socialistas se deveriam abster de exercer a vida militar, em caso de guerra civil (*A Voz do Povo*, n.º 375, 30 de agosto de 1914, p. 1). Daqui ressalta uma consequência fundamental: os socialistas portugueses eram contra a guerra mas o seu antimilitarismo esvair-se-ia caso o país fosse arrastado para o conflito. Lutar contra um *status quo* consolidado era um atentado à sobrevivência do próprio partido. Como tal, poderemos deduzir que o Partido Socialista Português, ainda antes de Portugal entrar na guerra, pouco iria fazer para alterar uma situação que lhe merecia o maior dos repúdios. As contradições no discurso de

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

Manuel José da Silva, ao identificar-se como antimilitarista, mas servindo-se das metáforas do ateu e do serralheiro para justificar a necessidade de os socialistas exercerem a vida militar, evidenciavam uma preocupação mais forte para com a sobrevivência do próprio partido do que propriamente com as questões inerentes ao militarismo. Ainda assim, tais contradições não impediram os socialistas portuenses de exercerem uma forte propaganda pela não intervenção portuguesa, motivo pelo qual entrariam em conflito com os militantes da Confederação do Sul.

Os rumores que sobressaíam na imprensa republicana, relativamente à possibilidade da intervenção portuguesa na guerra, alertaram os socialistas. As críticas aos jornais republicanos e a uma série de militares e civis que propagandeavam a mobilização portuguesa para o teatro de guerra, ao abrigo dos tratados de aliança com a Inglaterra, fizeram-se sentir em *A Voz do Povo*. A reação dos socialistas portuenses é relativamente sóbria: “se as condições expressas nos tratados nos estabelecem essa obrigação, independentemente de qualquer situação ou entendimento, esse exército deve partir para o seu destino”. Os socialistas portuenses não desconsideravam a aliança inglesa, considerando-a um importante fator de integridade do território nacional: “Pela situação especial do território português da metrópole, ligada por terra com a Espanha, e pela situação também especial do nosso domínio colonial, a aliança luso-britânica é-nos conveniente, indispensável, até”. A questão prendia-se com uma possível subjugação aos interesses ingleses que, esperava-se, estavam cientes das dificuldades portuguesas a nível económico e militar. Por isso, para os socialistas portuenses, a mobilização de tropas só se deveria efetuar em caso de defesa do território nacional e colonial (*A Voz do Povo*, n.º 379, 27 de setembro de 1914, p. 1).

Porém, a propaganda contra a intervenção portuguesa na guerra encetada pelos socialistas portuenses iria intensificar-se cada vez mais na proporção em que cresciam na imprensa republicana as vozes intervencionistas. A 11 de outubro de 1914, *A Voz do Povo* dedicou toda a sua primeira página ao «Partido Socialista perante a guerra – contra a intervenção do Exército Português». Este artigo explorava largamente as contradições da argumentação intervencionista, procurando desse modo justificar a conservação da neutralidade portuguesa ou uma possível intervenção com base nos acordos com a Inglaterra. Este «documento» foi enviado ao Conselho Central para ser analisado, tendo

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

em conta que, até esse momento, a direção do partido não se tinha pronunciado oficialmente sobre a situação nacional e internacional (*A Voz do Povo*, n.º 381, 11 de outubro de 1914, p. 1).

A Sul, algumas vozes ligadas ao Conselho Central começavam a pronunciar-se em sentido contrário às resoluções tomadas na Confederação do Norte. As posições de José Fernandes Alves, presidente da Confederação Socialista do Sul, geraram indignação nos socialistas portuenses. “Afirmando-se contrário a todas as guerras, Fernandes Alves dizia que neste caso fora forçado a reconhecer que a Alemanha representava a «força bruta». Era por conseguinte necessário esmagar as ambições do Kaiser com as mesmas energias com que os nossos antepassados tinham destruído as tropas napoleónicas” (Mónica, 1985: 121). Defendia ainda que a situação portuguesa deveria ser melhor definida, considerando a neutralidade “um sintoma de pusilanimidade” (*O Combate*, n.º 9, 11 de outubro de 1914, p. 1).

Ao exprimir-se no órgão oficial do partido, Fernandes Alves alegava a independência de opinião face ao Conselho Central. Manuel José da Silva aproveitará para tecer duras críticas à redação de *O Combate* pela transigência para com aquele tipo de opinião num órgão que se declarava como “a voz” do partido. Num artigo de primeira página intitulado “Portugal e a Guerra – Como o Partido Socialista do Norte encara a questão”, o socialista portuense afirmava: “o zelo, a expansão, o culto do patriotismo são disfarces com que a preponderância materialista do conflito procura encobrir-se”. Para Manuel José da Silva, não era só ao imperialismo alemão que deveriam ser atribuídas as responsabilidades pela guerra, pois “nas empresas alemães que fabricam material de guerra, estão envolvidos capitais e influências de nacionalidade francesa, nas empresas francesas estão envolvidos interesses e ingerências de nacionalidade alemã” (*O Combate*, n.º 11, 25 de outubro de 1914, p. 1).

A polémica entre os dois socialistas, não obstante a declaração oficial do Conselho Central, que seguia o posicionamento da Confederação do Norte, duraria ainda algumas semanas. Ficava claro que as vozes intervencionistas se concentravam a Sul, pelo que a Norte vingava uma intransigente posição anti intervencionista. Todavia, o Conselho Central procurou o caminho da conciliação da família socialista em prol de uma ação comum, a luta contra a guerra. Ainda assim, o partido viria a ser assolado por nova

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

polémica com a entrada de Portugal na guerra: a questão da União Sagrada.

A declaração de guerra alemã tornava Portugal, para bom grado dos intervencionistas, uma potência beligerante. A intenção dos socialistas portugueses estava já definida há algum tempo: caso a aliança com a Inglaterra prevalecesse, os socialistas não se oporiam. Se os socialistas portugueses foram obrigados, incitados primeiramente por eles próprios, a calar as vozes anti intervencionistas, restava-lhes um último embate: a formação do ministério nacional. Como seria de esperar, a questão envolveu o Partido Socialista Português num amplo debate em que os protagonistas se afiguraram os mesmos: o Conselho Central e a Confederação do Norte. As consequências daí resultantes revelaram-se mais gravosas do que aquelas que advieram do debate pró e contra a intervenção portuguesa.

Dois leituras resultaram da possibilidade de entrada dos socialistas no governo de União Sagrada. A Sul, *O Combate*, face à apresentação no Parlamento de uma proposta de governo nacional por parte de Afonso Costa, afirmava que o Conselho Central faria a devida reflexão e estudaria todas as questões políticas e administrativas, bem como as que dissessem respeito ao operariado em geral. Tendo a Inglaterra invocado o tratado de aliança, *O Combate* afirmava que o Governo cumpriu o seu dever perante os tratados. O discurso do órgão central do partido apelava para o patriotismo característico de um país em situação de guerra, em que a psicologia e os fervores do momento convidavam a que todos, inclusive um dos grandes alvos republicanos e socialistas, a Igreja, participassem na causa da pátria. Por isso, a sessão parlamentar de 10 de março de 1916 revestiu-se de uma “imponência invulgar [...], ocasiões solenes que só de longe em longe se reproduzem no bronze eterno da História”. Todos eram portugueses e os ressentimentos tinham de ser ultrapassados sob a honra da bandeira portuguesa: “mas o mais curioso disto tudo consiste em ser absolutamente indispensável consagrar as opiniões nacionais, forma única de dar tréguas a vivos ressentimentos, para a salvação da nacionalidade, da própria República”. Quanto à questão do governo nacional, *O Combate* dizia que o Conselho Central deliberou participar nele caso fosse convidado, tendo dado instruções ao deputado Costa Júnior para agir nesse sentido (*O Combate*, n.º 77, 19 de março de 1916, p. 1). Como as negociações só se estabeleceram entre os partidos republicanos, tal não chegou a afigurar-se como hipótese credível.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

Para os socialistas portuenses, a participação no governo poderia resultar, entre outras consequências, no abandono de militantes do partido. Apesar da situação presente, “o partido deve continuar libertado de cumplicidades em atos de poder” e, por isso, concluíram que a participação na União Sagrada não seria uma situação vantajosa para os socialistas (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 1).

A 13 de março de 1916, um telegrama de Lisboa informava os jornais portuenses sobre a posição do deputado socialista, Costa Júnior, perante o Presidente da República, tendo afirmado que se o partido fosse convidado para integrar o governo, os socialistas far-se-iam representar “sem estabelecer nem impor condições, dado o momento que se vive”. Esta declaração provocou a ira dos socialistas portuenses. Primeiro, porque, se o Conselho Central tinha dado poderes ao deputado socialista para proferir a deliberação do partido, a consulta às agremiações do partido tinha sido “uma fantasia”. Segundo, caso Costa Júnior não detivesse esses poderes, incorreu num procedimento grave, ao não ter auscultado o partido. O regulamento obrigava os deputados eleitos a regerem-se pelas indicações do Conselho Central, pelo que, se este não lhe deu tais indicações, Costa Júnior tê-las-ia simulado (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 2).

As acusações entre a Confederação do Norte e o Conselho Central subiam de tom. Ao ofício recebido do Conselho Central, os socialistas do Norte respondiam com a lei orgânica do partido, ao evocarem o artigo 61.º que estabelecia que “em caso nenhum dentro dos partidos burgueses poderão os membros do partido fazer parte do governo”. Para os militantes do Norte, o Conselho Central encontrava-se numa situação periclitante e sujeitava-se à acusação de violação do mandato (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 3). A resposta de *O Combate* surgiu a 26 de março. Aludindo às declarações de Costa Júnior no Parlamento, que “terá levantado um certo celeuma nos arraiais socialistas”, o órgão oficial do partido considerava que, na presente situação, os socialistas não poderiam ter outra atitude e que o contrário seria uma demonstração de fraqueza e de falta de tato patriótico. As críticas ao Conselho Central levaram o seu Presidente, António Pereira, a declarar o seguinte: “Não estou em desacordo com a sua constituição [da União Sagrada], nem faço coro com aqueles que julgam ver um grande perigo para o nosso partido fazermos parte, mas, pelo que sei e observei, não conviria a certos indivíduos, apesar do Partido Socialista se ter fundado muito antes da própria

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

República” (*O Combate*, n.º 79, 26 de março de 1916, p. 2). Esta afirmação destinava-se, nas palavras do seu autor, a descortinar e desmentir a argumentação de *A Capital*, que terá insinuado que Costa Júnior aceitaria a participação no ministério nacional sem quaisquer restrições, o que, como vimos, despoletara a ira dos socialistas portuenses (*A Capital*, n.º 2010, 13 de março de 1916, p. 2). António Pereira desvalorizava publicamente a questão e mantinha uma postura de defesa do seu partido perante as correntes difamatórias que surgiam do exterior.

Acosado interna e externamente, o Conselho Central ver-se-ia obrigado a convocar um Congresso Nacional Extraordinário para o dia 16 de abril, com o intuito de resolver o conflito com a Confederação do Norte.

Não sabemos até que ponto a situação gerada em torno da questão da participação dos socialistas no ministério nacional não terá sido um pretexto para que a Confederação do Norte, insatisfeita com a postura de alguns dos membros do Conselho Central desde o início da guerra, engendrasse um esquema, mais ou menos consciente, para diminuir a ação da direção do partido. A argumentação utilizada pelos socialistas do Norte, sendo coerente no ponto da intransigência face à colaboração com governos burgueses, de resto um princípio consagrado nos Congressos da Internacional e consignado no regulamento do partido, apresentava algumas fragilidades no que diz respeito à relação do deputado socialista com o Conselho Central, na qual o primeiro se limitava a reproduzir as deliberações do segundo. De facto, como apontou o próprio César Nogueira, à data delegado pelo partido ao Comité Socialista Internacional, a direção do Partido Socialista Português tinha decidido, em princípio, participar no governo nacional se para tal ele fosse chamado: “Era intenção do Conselho Central, se se chegasse a organizar o ministério nacional, consultar o Partido Socialista Português se estava ou não de acordo com essa resolução, que tinha, como disse, votado em princípio, dependendo da sua resposta as condições a definir, caso aceitasse a participação” (Nogueira, 1966: 37). A atitude titubeante de Carmo Barão na exposição da deliberação do Conselho Central aos socialistas do Norte e a aparente permeabilidade destes socialistas às notícias que surgiam na imprensa, acrescentando ainda o historial de conflitualidade decorrente da definição da posição do partido face à guerra logo em agosto de 1914, contribuíram para o agravamento da turbulência no seio dos socialistas portugueses.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n.º 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

O Congresso Extraordinário do Partido Socialista Português de abril de 1916 decorreu num clima de grande tensão. Nele participaram 63 congressistas pela Confederação do Norte e 29 pela Confederação do Sul (*O Combate*, n.º 81, 23 de abril de 1916, p. 1). O Presidente do Conselho Central justificou a convocação do congresso com o intuito único de resolver o incidente com a Confederação do Norte. António Pereira esclareceu os presentes quanto à questão da deliberação do Conselho Central, justificando-a e assegurando que se tratava de uma intenção e não de uma resolução definitiva, uma vez que o partido ainda não tinha sido consultado. Por sua vez, a Confederação do Norte criticou a posição da direção do partido pelo facto de não ter convocado de imediato o congresso. Manuel José da Silva frisou que a Confederação do Norte participava no congresso com o intuito de liquidar a questão em prol da união do partido, assegurando que no Norte ninguém procedia com má vontade para com os seus camaradas lisboetas. Socorrendo-se do artigo 61.º do regulamento do partido, concluiu pela impossibilidade de qualquer colaboração dos socialistas nos governos burgueses (*A Voz do Povo*, n.º 456, 23 de abril de 1916, p. 1). Apresentadas as explicações, procedeu-se à aprovação por larga maioria de uma moção de João Dias da Silva que aconselhava a direção do partido a seguir, futuramente, os princípios doutrinários defendidos pelos socialistas portugueses, em especial a lei orgânica que dizia respeito à irredutibilidade da participação dos socialistas nos governos burgueses. Aprovou-se ainda uma moção de Oliveira Pombo que pugnava pela pacificação dos militantes socialistas, reconhecendo que não houve qualquer intuito ofensivo de uma e de outra parte, pelo que o incidente terminava ali. Na altura das votações, a maioria dos delegados do Sul já se teria retirado para apanhar o comboio com destino a Lisboa (*O Combate*, n.º 81, 23 de abril de 1916, p. 2).

A aprovação da moção de Dias da Silva, apesar do voto de confiança de Oliveira Pombo, era suficiente para colocar o Conselho Central numa posição extremamente frágil, pelo que, face ao sucedido, se demitiu. *O Combate*, perante as declarações de *A Voz do Povo*, que acusava o presidente do Conselho Central de ter atuado com injustiça e incorreção para com a Confederação do Norte, recusou-se a prolongar o assunto em nome da estabilidade e da coesão do partido (*O Combate*, n.º 82, 30 de abril de 1916, p. 1). Fernandes Alves, pouco depois, assegurou não haver qualquer dissensão no partido,

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

mas, sim, “discórdia saudável e democrática” (*O Combate*, n.º 85, 21 de maio de 1916, p. 1). Os socialistas portuenses aproveitaram o momento para encetar demonstrações da sua força: “Sem vaidade e sem desconsideração por ninguém, há a considerar que no nosso partido, como sucedeu sempre com todos os partidos e com todas as coisas de ordem política social, é do norte que há-de partir a iniciativa e a ação forte com que ele se engrandecerá, sob todos os pontos de vista” (*A Voz do Povo*, n.º 465, 25 de junho de 1916, p. 1).

O Conselho Central demissionário optou pela constituição do Comité de Direção Superior do Partido Socialista Português, constituído por um elemento de cada Confederação Regional, uma decisão que agradou aos socialistas do Norte e que, por insistência destes, vigorou até ao VII Congresso Nacional no qual foi eleito um novo Conselho Central (Nogueira, 1966: 42).

Conclusão

O fim da guerra chegava envolto em ténues esperanças para os socialistas portuenses. A apologia do “começo de uma nova era” ganhava força, após quatro longos anos de lutas fratricidas. A fé no futuro dos trabalhadores não se tinha desvanecido, mas o capitalismo, ao invés de ceder à dialética materialista prevista por Marx, não tinha perdido a sua força. Por isso, “o regime da produção, da circulação e da repartição, sendo de futuro o mesmo que tem sido, há-de impreterivelmente determinar novos e sangrentos conflitos, o que é indubitável se é lógico que as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos”. A perspetiva do futuro produzia sentimentos paradoxais: “Se a terminação da guerra é motivo para nos encher de boa e justificada alegria [...], não devemos esquecer nem por um momento que a paz dos povos não será duradoura nem frutuosa para a relativa felicidade dos indivíduos se os povos [...] não se concentrarem [...] na realização do seu programa de reformas sociais” (*A Voz do Povo*, n.º 587, 17 de novembro de 1918, p. 1).

Para os socialistas portuenses, o tempo era agora de pacificação de todos aqueles que clamavam pela República. A intransigência face à cooperação com governos republicanos cedia agora aos clamores de uma «República em perigo», face ao que sucedeu nos inícios de 1919, com a proclamação da Monarquia do Norte. Os 24 dias da

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

“aventura do urso monárquico-clerical” aproximaram os socialistas portuenses dos republicanos. A experiência monárquica revelou-se desastrosa: “prisões a esmo. Aplicação de insultos a toda a gente mais ou menos suspeita. Espionagem exercida em toda a parte por brutos, beatos e mendigos profissionais. O regime da denúncia, do cacete e da sova”. Os acontecimentos de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919 deveriam afigurar-se como lição para os republicanos: “entre a família republicana deverá doravante ser visto e considerado como nocivo à causa todo o procedimento que, material ou moralmente, possa contribuir para desprestigiar, enfraquecer ou empobrecer a República criando-lhe inimigos ou descrentes” (*A Voz do Povo*, n.º 545, 23 de fevereiro de 1919, p. 1).

Esperava-se que a Nova República Velha trouxesse um novo fôlego para a almejada renovação mental apregoada pelos socialistas. O governo de José Relvas ficava marcado pela inclusão de Augusto Dias da Silva, militante socialista nomeado Ministro do Trabalho, que terá aceitado o convite à revelia do Conselho Central do Partido Socialista Português (Mónica, 1985: 132). À partida, este facto deveria merecer, especialmente, a reprovação dos socialistas portuenses, se tivermos em conta o historial de conflitos ocorridos no seio do partido, decorrentes da polémica questão da União Sagrada. Porém, entre o armistício e a nomeação de Augusto Dias da Silva, o estado de coisas tinha-se alterado substancialmente. Os socialistas tinham apoiado os republicanos nas alturas periclitantes e a experiência da Monarquia do Norte contribuiu para que, afastado o pesadelo monárquico, a aproximação à República se consolidasse. Por isso, a notícia de socialistas no Governo foi recebida a Norte com satisfação: “fazemos votos por que a cooperação no governo do nosso correligionário seja um motivo de prestígio para a causa e de fecundo proveito para a nação” (*A Voz do Povo*, n.º 595, 23 de fevereiro de 1919, p. 2). O partido estava unido em torno da preservação do regime republicano, “o menos defeituoso de todos os regimes políticos do Estado burguês” (*A Voz do Povo*, n.º 596, 2 de março de 1919, p. 1.).

A intransigência do tempo de guerra cedia e a cooperação dos socialistas nos governos republicanos era uma realidade. Não obstante os desencontros de posições, deve assinalar-se que da participação socialista no Executivo republicano resultou alguma legislação social avançada, como o decreto dos Seguros Sociais Obrigatórios, base da

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

Previdência Social, incluindo medidas de grande impacto social (subsídios na velhice, invalidez e doença; apoio às grávidas necessitadas; etc.) ou o decreto de construção de bairros sociais.

Deixaremos em aberto a hipótese de a conjuntura de guerra ter sido utilizada pelos socialistas portuenses, é certo, descontentes com a conduta dos dirigentes do partido, para a conquista de uma margem de manobra mais ampla. A estrutura federativa e descentralizada do Partido Socialista Português, afinal, permitia este tipo de atuações. Os socialistas não se souberam proteger, nos seus órgãos de imprensa, das quezílias e divergências de opinião internas. Por isso a Confederação do Norte, impulsionada pela Federação Socialista do Porto, conseguiu contornar todas as polémicas e superiorizar-se aos seus camaradas do Sul, mais permeáveis às influências da proximidade com o poder político.

Bibliografia:

Fontes:

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *A Voz do Povo*, Porto. 1914-1919.

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *O Combate*, Lisboa. 1914-1916.

Estudos:

CASTRO, Maria João Mena de Guimarães (1999), *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORREIA, Fausto (2016), *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DROZ, Jacques (1974), *História Geral do Socialismo*, vol. 6, Lisboa, Livros Horizonte.

DROZ, Jacques (2014), *O Socialismo Democrático (1864-1900)*, Angola, Edições Pedago.

FONSECA, Carlos da (1979-1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, 4 vol., Lisboa, Publicações Europa-América.

HAUPT, Georges (1964), *La II Internationale (1889-1914)*, Paris, Mouton.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

HAUPT, Georges (1965), *Le Congrès Manques. L' Internationale à la veille de la Première Guerre Mondiale*, Paris, Maspero.

HAUPT, Georges (1969), *Bureau Socialiste Internationale, comptes rendus des réunions, manifestes et circulaires*, Paris, Mouton.

HAUPT, Georges (1972), *The Socialism and the Great War. The colapse of the Second International*, Oxford, Clarendon Press.

HOBBSAWM, Eric (1990), *A Era do Império (1875-1914)*, Lisboa, Editorial Presença.

HOBBSAWM, Eric (1998), *A Era dos Extremos: breve história do século XX (1914-1991)*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MÓNICA, Maria Filomena (1986), *Artesãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

NOGUEIRA, César (1964), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália.

NOGUEIRA, César (1966), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*, Lisboa, Portugália.

OLIVEIRA, César (1973), *O Socialismo em Portugal: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX (1850-1900)*, Porto, Afrontamento.

OLIVEIRA, César (1990), *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Alfa.

PEREIRA, José Pacheco (1971), *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto, Portucalense Editora.

PEREIRA, José Pacheco (1971a), *Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Colecção Temas Sociais.

PEREIRA, Joana Dias (2011), *Sindicalismo-revolucionário: a história de uma Idéa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

ROSAS, Fernando (2009), *A República e a Grande Guerra*, in Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 247-248.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a6

SAMARA, Maria Alice (2002), *Verdes e Vermelhos: Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias.

SASSOON, Donald (2001), *Cem Anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*, vol. 1, Lisboa, Contexto Editora.

VENTURA, António (2000), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos.

VENTURA, António (2010), *Antibelicismo em Portugal*, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Quidnovi.